

Funcionários do Legislativo decidem retomar atividades

por Mariana Monteiro
de Brasília

Os servidores do Senado, Câmara e alguns funcionários do Tribunal de Contas da União (TCU) decidiram ontem, em assembléia, dar fim à greve deflagrada no dia anterior. Os servidores reivindicam o pagamento da Unidade de Referência de Preços (URP), que não foi aplicada aos vencimentos de abril e maio de 1988 e de fevereiro a dezembro de 1989, em decorrência do Plano Bresser, que, durante o governo Sarney, suspendeu os reajustes pela URP. A unidade corresponde à correção de cada trimestre, a ser paga no mês seguinte.

Além da URP, os servidores querem obter a diferença entre o reajuste que receberam em novembro passado (60,2%) e o recebido pelos deputados (99,9%) no mesmo mês.

Depois de uma assembléia que lotou o auditório Petrônio Portela, do Senado, entre duas e cinco horas da tarde de ontem, reunindo cerca de 2 mil dos 10 mil servidores do Congresso Nacional, os grevistas resolveram acabar com a paralisação. Mas decidiram manter o estado de greve, assim como as negociações com os presidentes do Congresso e Senado, Mauro Benedito e da Câmara, Ibsen Pinheiro. Os servidores, que entraram em greve pela primeira vez na história do Congresso Nacional, decidiram também marcar para o dia 23 deste mês o prazo final para as negociações com os presidentes das duas casas.

Em reunião ontem pela manhã com o primeiro secretário da Câmara, Inocêncio Oliveira, o presidente do Sindicato dos Servidores do Poder Legislativo e do TCU (Sindilegis), Mauro Dantas, obteve a garantia de receber da Câmara e do Senado na próxima

segunda-feira os índices considerados justos por seus presidentes para serem pagos aos servidores. Estes, por sua vez, levarão à reunião, já marcada, seus índices. Segundo o deputado federal Chico Vigilante (PT-DF), que acompanhou as assembléias e apoiou os servidores, Ibsen Pinheiro garantiu que, depois que se chegar a um acordo sobre índice, a ser pago, ele mesmo levará ao presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), Sydney Sanches, e ao presidente Fernando Collor de Mello as reivindicações dos servidores. A posição de Ibsen Pinheiro pode ser considerada um avanço para os funcionários, uma vez que até quarta-feira ele se recusava a negociar o pagamento da URP antes da decisão final da Justiça, que só deve ser tomada em cerca de dois meses, quando o STF julga o mérito da questão, decidindo se o pagamento da URP daquele período é ou não constitucional.

Enquanto no Congresso Nacional, durante toda a quarta e quinta-feira, os funcionários faziam greve ou eram impedidos de trabalhar por seus colegas que fechavam as entradas com piquetes, à 200 metros dali, no STF, nos mesmos dois dias, os ministros decidiam, provisoriamente, por meio de liminar, suspender o pagamento da URP aos servidores do STJ, no primeiro dia, e do Superior Tribunal Militar, no segundo. As decisões tomadas pelo plenário do tribunal respondiam a medidas cautelares impetradas pelo procurador-geral da República, Aristides Junqueira. Sem saber da decisão de quinta-feira, os servidores reunidos no Congresso já acusavam o procurador de agir "politicamente" e não judicialmente, em favor do presidente Collor.